

economistas

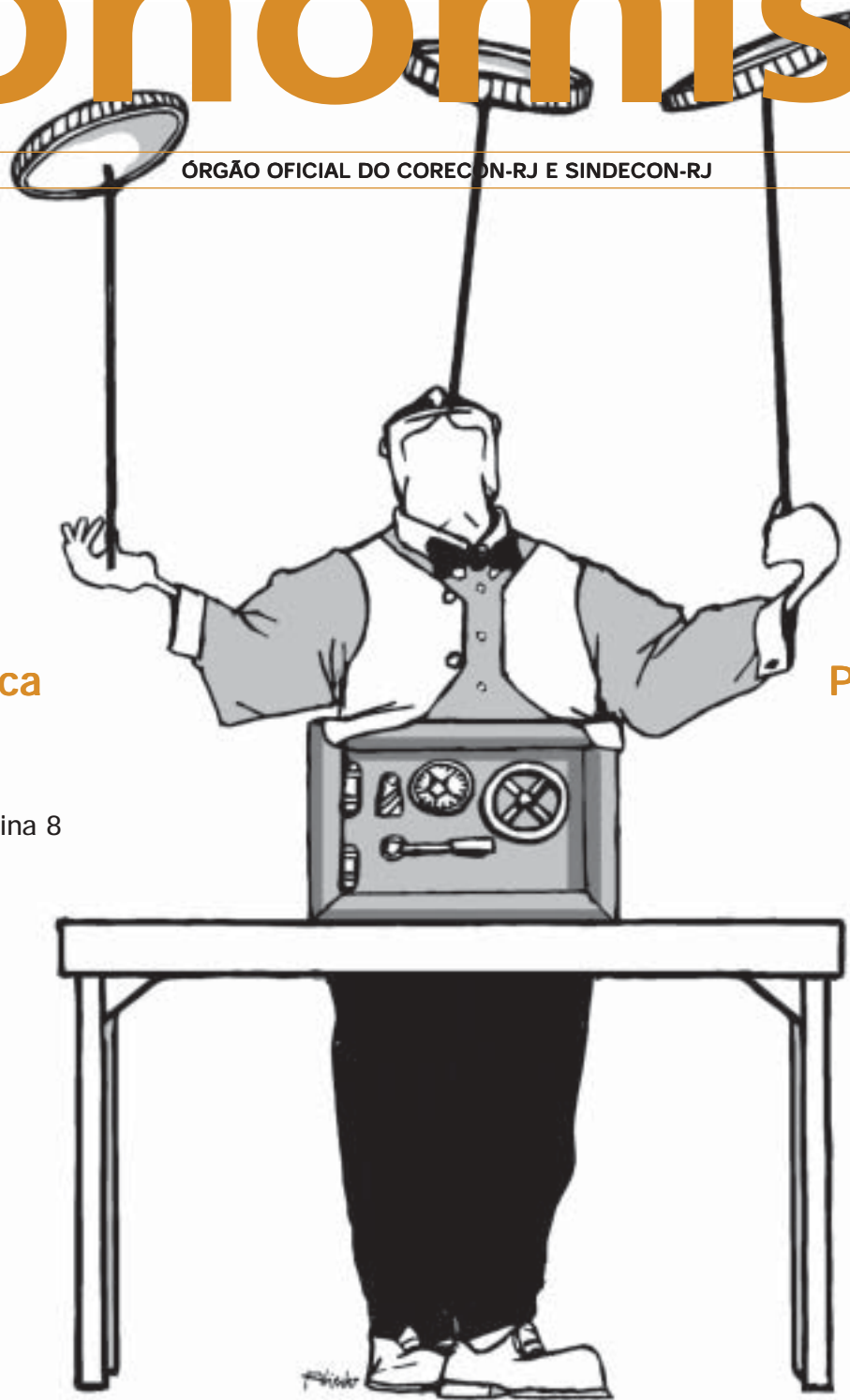
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

**Pinguelli:
não há política
energética
no Brasil**

Página 8

**Parceria
Público Privado:
capitalismo
sem risco**

Página 7



Economistas homenageiam Conceição, Lessa e João Paulo

No Dia do Economista, o Conselho Regional de Economia prestará homenagem especial a três economistas que marcam a nossa época: Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães.

Páginas 3 a 6

EDITORIAL

Conceição, Lessa e João Paulo

Na noite do próximo dia 13 de agosto, Dia do Economista, o Conselho Regional de Economia estará homenageando três dos economistas que mais têm se distinguido nas últimas décadas, em defesa da economia nacional, do desenvolvimento soberano do país e da liberdade de expressão.

Os professores Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães, contudo, se distinguem também pelas contribuições teóricas que vêm formulando em todo esse período, seja na compreensão do processo de desenvolvimento econômico do país, na percepção das origens das desigualdades e assimetrias que caracterizam até hoje a sociedade brasileira ou ainda na caracterização de como se dá o processo de acumulação capitalista no Brasil.

Nesta edição do *JE*, abrimos as páginas do jornal para as devidas homenagens a esses ícones da economia brasileira, que perfilam ao lado de tantas outras personalidades que ao longo da história brasileira têm dado suas contribuições para a compreensão de nosso país, de nossa sociedade e de nossa gente.

Junto a esta justa homenagem, o jornal traz neste número a esperada entrevista com o também professor e físico Luiz Pinguelli Rosa, hoje de volta à sua cátedra na Coppe, após um ano à frente de uma das maiores empresas brasileiras: a Eletrobrás. Uma afirmação de Pinguelli sintetiza sua entrevista: o Governo Lula não tem uma visão estratégica para a área de energia.

Uma boa leitura e parabéns a todas e todos os economistas brasileiros. ■

Sumário

Página 3 Especial – Maria da Conceição Tavares ►
Hildete Pereira de Melo

Página 4 Especial – Carlos Lessa ►
Ceci Vieira Juruá

Página 6 Especial – João Paulo de Almeida Magalhães ►
Mauro Osório da Silva

Página 7 O capitalismo sem risco – Inesc

Página 8 Entrevista – Luiz Pinguelli Rosa

Página 11 Artigo do Leitor – Valdir Ramalho de Melo

Página 13 Debate Corecon – Nildo Ouriques

Página 15 Fórum Popular de Orçamento – As possíveis causas das diferenças de dados

Página 16 Corecon homenageia economistas
Cursos do Corecon para o segundo semestre de 2004



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

Conselheiros Efetivos: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto •

Diretores de Assuntos Institucionais: Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de**

Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de

Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de**

Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington

Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

Maria da Conceição de Almeida Tavares

“Eu sou uma professora”



Nasceu em Anadia, Portugal, em 24 de abril de 1930. Casada duas vezes, é mãe de dois filhos e tem dois netos. Diplomou-se em matemática na Universidade de Lisboa, em 1953. Sufocada pelo regime fascista português, veio para o Brasil em fevereiro de 1954, chegando em plena folia de Carnaval, e apaixonou-se pela música e alegria do povo brasileiro. Nas suas palavras:

“Quando saí de Portugal, os problemas lá eram democracia, humanismo, terror. Já no Brasil, eram injustiça social, o atraso e a presença do imperialismo”.

Vivendo a euforia dos anos dourados do Governo Jusceli-

no Kubitschek, acreditando na força do povo, pediu a nacionalidade brasileira, mudou de profissão, matriculou-se no curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se graduou com *summa cum lauda* (Prêmio Visconde de Cairu), em 1960, e tornou-se a mais brilhante economista brasileira.

Ainda estudante de economia trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fazendo um estudo matemático sobre a distribuição de renda no Brasil. Sobre esta experiência relatou anos mais tarde:

“Deparei-me com as estatísticas. Este país é uma desigualdade só... Compreendi então [em 1958] as dificuldades das tentativas de construção de uma “democracia nos trópicos”. Não dá para pensar o país com as categorias européias. O Brasil não suporta teses progressistas definitivas, é sempre recorrente: quando se pensa que uma coisa acabou, ela volta”.

É cientista rigorosa, de sólida formação intelectual, e foi professora de várias gerações de economistas, no atual Instituto de Economia da UFRJ e no Instituto de Economia da Unicamp. Fato que é motivo de grande orgulho por parte da mestra, que quando presa, em 1975, no Aeroporto do Galeão, afirmava nos porões do regime

“Eu sou uma professora, eu sou uma professora”.

Foi criadora, junto com Má-

rio Henrique Simonsen, Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso da pós-graduação em economia no Brasil. Fora do meio acadêmico, tornou-se conhecida como militante da causa democrática e crítica feroz da política econômica do regime militar. Seus livros e artigos escritos ao longo de mais de 40 anos de atividade intelectual demonstram sua preocupação permanente em pensar o Brasil.

Ruptura fundamental

Um dos seus ensaios mais brilhantes, *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações*, publicado em 1972, é um marco no estudo do processo de industrialização do Brasil e tornou-se um clássico na literatura econômica da América Latina. Sua síntese de que a industrialização latino-americana e a brasileira, em particular, era vista como fruto de um processo iniciado pelo estrangulamento externo, na década de 30, cuja dinâmica respondia a sucessivas situações em que o desequilíbrio externo se reproduzia como consequência da própria substituição de importações. Nesse trabalho, concluía ainda que todas as formas de acumulação capitalista inventadas no Brasil eram desegualizadoras.

O problema era o modelo de inserção do país no capitalismo, dinâmico, mas, excludente. Avançando na interpretação da

13 de agosto
Dia do Economista

realidade brasileira, a professora Maria da Conceição faz uma ruptura fundamental com a visão clássica da industrialização; estas novas hipóteses foram escritas em suas teses de livre docente e professor titular: *Acumulação de Capital e industrialização do Brasil* (1975) e *Ciclo e Crise: o movimento recente da economia brasileira* (1978).

Nestes textos afirmou que o estrangulamento deixa de ter o peso explicativo anterior, mas a industrialização agora aparece como fruto de um processo de acumulação de capital que ao longo do tempo assume diferentes padrões. Estes textos são praticamente obrigatórios no ensino de economia no país, o que demonstra a importância da autora no meio acadêmico nacional e latino-americano.

Essas obras e as dezenas de artigos que tem publicado sobre a economia brasileira a credenciam como a principal estudiosa do desenvolvimento nacional, e leitura obrigatória para os pesquisadores da economia brasileira contemporânea. Conhecida nacionalmente pela forma apaixonada e veemente com que defende suas idéias e a defesa intransigente dos pobres e excluídos. Seus artigos e livros foram traduzidos por toda América Latina e foi ainda pesquisadora da Cepal/ONU, e pesquisadora visitante de inúmeras universidades estrangeiras e órgãos internacionais.

Em grande medida, o seu prestígio acadêmico contribuiu para a sua eleição para a Câmara Federal, pela legenda do PT-

RJ, em 1994, com uma expressiva votação. No Parlamento, durante a legislatura de 1995 a 1999, destacou-se como uma crítica feroz da política econômica implantada pelo governo, chamando atenção dos colegas parlamentares para os riscos da política cambial e para a destruição do patrimônio público nacional.

Foi membro da Comissão de Finanças da Câmara Federal, onde participou de debates memoráveis com o ministro da Fazenda. Destacou-se como uma deputada que fez de sua representação um mandato coletivo; trabalhando com projetos partidários e não defendendo projetos individuais, afirma sempre que se todos os deputados fizessem apenas um projeto anual teríamos ao cabo do mandato cerca de 2000 projetos com os teores mais variados e provavelmente sem serventia para a sociedade.

Terminado o mandato, em 1998, não quis voltar ao Parlamento brasileiro. Prestou assessoria à bancada federal do PT e ao Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul. Atualmente, é assessora especial do gabinete do senador Aloísio Mercadante, líder do Governo no Senado Federal, além de participar da direção estadual da fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. É comentarista de economia do jornal *A Folha de S. Paulo*, desde 1993, com a coluna “*Lições Contemporâneas*”. ■

* Economista, professora da UFF

ESPECIAL Ceci Vieira Juruá*

Carlos Lessa

Um brasileiro que en



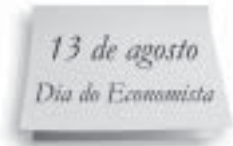
Discorrer sobre Carlos Lessa é uma honra e uma responsabilidade. Trata-se não só de um dos maiores intelectuais da geração de brasileiros nascidos nos anos 1930, no alvorecer do desenvolvimentismo, mas também de uma pessoa humana ímpar que pautou sua vida profissional e, sobretudo, a atividade de professor, por uma ética límpida.

Nos quarenta anos de magistério ele foi para os alunos muito mais do que um mestre excepcional: foi sempre o amigo afetuoso e preocupado com o bem-estar dos discípulos. Por isto, foi também um dos professores mais requisitados para dirigir teses e monografias na UFRJ e na Unicamp, contando-se às centenas os trabalhos acadêmicos realizados sob a orien-

tação do professor Carlos Lessa.

Interrogados sobre o que pensam de Lessa, seus ex-alunos respondem invariavelmente: um grande professor, uma pessoa humana fantástica! O cargo de reitor da UFRJ, que ele ocupou em 2002, foi o coroamento justo de uma carreira brilhante. Foi um reitor escolhido pelo voto quase unânime de professores, funcionários e alunos, na esteira do compromisso assumido de promover o reerguimento da universidade e de reestaurar o livre debate acadêmico.

Na diretoria de empresas públicas e privadas distinguiu-se pela competência e por uma absoluta integridade no trato da coisa pública. Enfrentou com altivez os anos de chumbo e alinhou-se na vanguarda das hostes democráticas. Foi líder e companheiro na



13 de agosto
Dia do Economista

enobrece a profissão

construção do IERJ, nosso Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, que desfraldou as históricas bandeiras da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e de defesa de uma política econômica democrática e soberana. Ali, Lessa era uma presença firme na defesa de princípios, participante ativo dos debates mais complexos e também dos mais singelos. Sabia escutar e respeitar a opinião alheia, um verdadeiro democrata.

Os embates no BNDES

Na presidência do BNDES desde 2003, sua atuação confundiu-se com as aspirações majoritárias dos brasileiros: o desenvolvimento com justiça social como meta prioritária, a soberania da nação como conquista inalienável. No BNDES, Lessa mantém uma conduta exemplar, coerente com as idéias que sempre defendeu. E é a estas idéias que eu quero dedicar este artigo porque elas expressam fielmente a grandeza intelectual e humana do seu autor, elas ilustram as vantagens comparativas que uma sólida cultura permite desfrutar em posições de poder, sobretudo quando nos encontramos diante de adversários que não dissimulam o objetivo de manipular o poder de Estado.

O primeiro embate, com grandes empresas do setor elétrico inadimplentes junto ao BNDES, não deve ter sido nenhuma surpresa para Lessa. Pois, em estudos prévios, naquela que eu considero sua obra-pri-

ma de economista, *O conceito de Política Econômica. Ciência ou ideologia?*, Lessa já havia entendido que “a grande empresa e o Estado interventor são figuras coetâneas e perfeitamente articuladas no capitalismo moderno. À grande empresa não interessa o Estado não interventor, mas, sim, a liberdade para manejar a intervenção do Estado a seu serviço”.

Despojado e sem apego a cargos vazios de conteúdo, Lessa enfrentou com rigor situações desse tipo, colocando todo seu preparo intelectual e ético a serviço da construção de barreiras contra finalidades menores decorrentes da materialidade cotidiana dos grandes grupos empresariais.

Nas sendas do materialismo histórico, Lessa é autor de uma crítica lúcida dos limites do II PND, sinalizando que “o Regime não percebeu que seu autoritarismo era consentido pelos grandes pactos; não percebeu que a empresa estatal é um dos instrumentos dos pactos soberanos; não percebeu que ele mesmo, Estado, é um instrumento do movimento maior da economia. Nem o Estado nem as empresas estatais têm a autonomia pensada pelo II PND... A História é pródiga em exemplos em que a mera vontade do Príncipe, não importa quão poderosa seja, não se sustenta em si mesma”¹

Como não vincular esta reflexão com a firme defesa que fez de manutenção da brasilidade da Cia. Vale do Rio Doce? Ou com o esforço desenvolvido para

reerguimento da indústria naval, um dos sonhos de JK quando o jovem professor Carlos Lessa ingressava na Cepal?

Sabedor de que “a velha economia do desenvolvimento conseguiu dominar a agenda porque somava um elemento de utopia social à teoria do crescimento econômico... A discussão da política econômica restrita ao curto prazo... tem como consequência a pseudo-despolitização do debate e a dissolução da auto-estima nacional”², Lessa reorganizou as equipes do BNDES capazes de formular um planejamento de longo prazo, democrático, voltado para materializar o sonho de um futuro feliz para uma grande nação latino-americana. E o fez porque sabe que utopia social e auto-estima nacional podem reconstruir-se na trilha do exemplo traçado pelo poder de Estado.

Admirador de Alberto Torres, para quem “nós somos um povo sensato, de espírito claro e prático, de afeições reais, de sentimento profundo, íntimo e natural... (e) um povo que assim sente não pode bizantinar-se na idolatria dos símbolos, corromper o espírito na adoração das fórmulas, quitar-se do dever...”, Lessa enfrentou corajosa e generosamente momentos difíceis marcados pela doença, escrevendo *O Rio de todos os Brasís*, uma poética declaração de amor ao Rio de Janeiro e ao povo carioca, fundamentada em bibliografia que ocupou 27 páginas!

Este livro é a obra-prima do historiador com o qual ele se iden-

tifica. Ali ele expõe sua original percepção do movimento histórico que fez do Rio “a Paris dos Trópicos, na entrada do século; o Paraíso Tropical, em meados do século; e a Miami da América do Sul, ao fim do século. O olhar orgulhoso e confiante foi sucedido pelo olhar satisfeito e complacente e deu lugar ao acanhado e fugidio. O Rio trafega para a pós-modernidade, sujeito aos efeitos e influências da globalização, e a perplexidade inunda o seu olhar.”

Sua trajetória intelectual rica e criativa, que apenas pode sugerir nas linhas acima, tem a economia como ponto de partida e a história social de nosso povo como referência de chegada, permitindo identificar em Lessa o expoente maior do processo atual de resgate da economia política como centro articulador do pensamento social brasileiro.

Um grande companheiro, uma pessoa extremamente generosa, Carlos Lessa é um exemplo para os economistas, um brasileiro autêntico e íntegro, aquele que Ulysses Guimarães apontaria como exemplo de que “não é o poder que corrompe os homens, são os homens que corrompem o poder”. Pois Carlos Lessa é um nome que enobrece a profissão de economista e que dignifica os cargos públicos que ocupa. ■

(1) *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso*

(2) Artigo “O insustentável abandono do longo prazo”

* Conselheira do Corecon-RJ (com a valiosa colaboração de Georges Kornis e de Mayra Juruá).

ESPECIAL Mauro Osório da Silva*

13 de agosto
Dia do Economista

João Paulo de Almeida Magalhães

Um militante da economia do desenvolvimento

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1950), ainda bastante jovem realiza seu Doutorado em Ciências Econômicas, na Universidade de Paris I, concluindo-o em 1953. Inicia, assim, carreira como intelectual, técnico e professor em economia, dedicando-se, no correr de toda a sua vida, a essa área do conhecimento. Vem a ser um dos primeiros doutores brasileiros em economia, por esse motivo sendo muito requisitado a colaborar na formação acadêmica de toda uma geração de profissionais universitários da área.

Confere importância central à busca de entendimento sobre as teorias formuladas na área econômica, particularmente no concernente à temática da teoria do desenvolvimento econômico; às especificidades e elementos constitutivos da economia brasileira; às políticas que poderiam vir a contribuir para a superação do subdesenvolvimento e ao suporte, ou não, que as teorias predominantes poderiam vir a dar nesse processo.

Dessa forma, em sua trajetória intelectual, escreve em torno de 15 livros, entre os quais podemos destacar: *A Teoria Moderna do Crescimento Econômico e o Problema do Desenvolvimento* (1954); *A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico* (1961); *Uma Nova Formulação Teórica para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro* (1962); *Inflação e*

Desenvolvimento (1964); *Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento, uma Reformulação Teórica* (1966); *Economia* (1974); *Modelos Alternativos de Desenvolvimento* (1979); *A Crise Estrutural Brasileira* (1984) e *Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento, a Experiência Brasileira* (1996); *Brasil Século XXI* (2000).

Atualmente, João Paulo dedica-se à elaboração de extensa pesquisa teórica sobre os principais condicionantes na organização de uma política de desenvolvimento, em vias de publicação.

Contraponto ao liberalismo

Nas controvérsias sobre políticas de fomento econômico, o autor destaca-se, na segunda metade dos anos 50, como diretor da revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, da Confederação Nacional da Indústria, na defesa da viabilidade do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, em contraponto às visões liberais, como a defendida à época por Eugênio Gudin. Nos debates sobre alternativas para a economia brasileira, apresenta, como acadêmico, uma permanente militância em defesa de posições desenvolvimentistas e da necessidade de criação de empresas globais de capital majoritariamente brasileiro, tendo em vista lograr um desenvolvimento econômico sustentável.

Nas discussões sobre a questão da inflação, João Paulo é um

dos autores que procura estudar as especificidades desse fenômeno no caso brasileiro, apontando a importância da problemática do conflito distributivo e a existência de uma inércia que a retroalimentaria.

Até os dias atuais, participa nos debates sobre os rumos do país, ocupando recentemente a presidência do Instituto dos Economistas (1988) e, no presente, a função de conselheiro do Conselho Federal de Economia, exercendo, neste, a coordenação da comissão de Política Econômica. Atua, ainda, como diretor de pesquisa do Instituto de Estudos Políticos e Sociais – Iepes, e milita na profissão com uma farta produção de trabalhos a respeito do detalhamento de políticas públicas, principalmente na área industrial.

Contribui, também, para a análise da realidade da economia carioca e fluminense, produzindo, a partir dos anos 60, importantes trabalhos sobre a região na qual vivemos, hegemonicamente objeto de pouca atenção dos economistas, tendo em vista a história de “capitalidade” da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e o destaque que tomam neste território as questões de âmbito nacional.

Atua, também, no correr da vida, como professor titular da disciplina de economia da Facul-



dade Nacional de Direito da UFRJ, e professor titular de economia da UERJ, sendo ainda aprovado no concurso de livre-docente em Economia Política, ocorrido na Universidade de São Paulo, em 1958.

Dessa forma, a premiação de João Paulo pelo Conselho Regional de Economia, junto com os eminentes professores Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares, constitui uma justa e lúcida decisão, tendo em vista a densidade de sua contribuição intelectual ao país e seu permanente engajamento no debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. ■

* Economista

PARCERIA PÚBLICO PRIVADO

O capitalismo sem risco

Publicamos, a seguir, o texto do Instituto de Estudos Socioeconômicos, a respeito do projeto de Parceria Público Privado

O projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional sobre a Parceria Público-Privado (PPP), que está em tramitação no Senado Federal, tem sido apresentado pelo governo como a verdadeira salvação nacional, capaz de gerar crescimento econômico, empregos e de alavancar investimentos, sem custo para o Estado.

Porém, vale ressaltar que o projeto é apoiado pelas instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e serve de diretriz para inúmeros países em desenvolvimento. Este instrumento, nos países onde foi implantado, trouxe mais problemas que soluções e não teve o efeito “positivo” alardeado pelos seus defensores.

Um primeiro aspecto que vale ressaltar diz respeito ao fato do projeto de lei da PPP ter sido pouco discutido, tanto com os setores organizados da sociedade civil, como com os setores políticos representados no Congresso Nacional. Não houve debates amplos e públicos sobre o tema, já que o projeto apresenta sérios riscos para o interesse coletivo e compromete, apesar do governo negar, recursos públicos. Na verdade a PPP é uma forma de privatização de setores e serviços públicos estratégicos. Criaram um novo nome para uma coisa antiga e conhecida de todos.

No projeto, o Estado brasileiro assume todos os riscos do negócio (se não der certo, o governo paga), permitindo e garantindo aumento de tarifas, a emissão de títulos do Tesouro e a entrega do patrimônio público como garantia para os investimentos do setor privado. Desconsidera completamente o Código de Defesa do Consumidor, assim como as leis ambientais, atribuindo todas as garantias para o setor privado receber o pagamento pelos serviços prestados.

Trata-se de um cheque em branco para os poderes executivos nos três níveis de governo, pois tudo passará a depender dos contratos assinados. Não há delimitação das áreas ou tipos de serviços. O governo federal, os governos estaduais e municipais poderão combinar privatizações, concessões e contratação de obras em qualquer área, sem aprovação prévia, seja do Congresso Nacional, das assembleias estaduais ou das câmaras municipais. O projeto retira, na prática, poderes dos órgãos de fiscalização, tais como Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunais de Contas e Legislativo, pois o que prevalece são os contratos assinados, sem previsão de nenhum tipo de fiscalização.

A Lei das Licitações, por exemplo, deixará de ser aplicada em vários aspectos. As PPPs permitem uma combinação de proposta técnica e econômica. Este modelo estimula a corrupção,

pois pode-se alegar sempre que a proposta mais cara é também a melhor. Se com a Lei de Licitações já existe corrupção, imagine com a proliferação de contratos de PPP nos mais de 5 mil e 500 municípios brasileiros.

Uma visita à página do Tribunal de Contas da União (TCU), na internet, pode nos dar a dimensão do que está por vir. Gostaríamos de alertar que o projeto de lei não prevê nenhum tipo de controle social sobre as PPPs. Outro aspecto preocupante do projeto de lei das PPPs e que facilita a corrupção é a figura da arbitragem à margem do Poder Judiciário. Nem sequer se está assegurando que o foro da arbitragem será nacional. Com a lei das PPPs, a arbitragem internacional fica legalizada.

Mais estranho, ainda, é o próprio Poder Executivo definir o quanto poderá endividar-se. No caso da União, não existem limites para o endividamento porque o Senado Federal, pelo projeto de lei, não precisará aprovar nenhuma resolução a respeito. As PPPs permitem contrair grande volume de dívidas que podem ser liquidadas em até 45 anos. Isto além de agravar o problema do endividamento, comprometendo as finanças futuras, coloca em risco a soberania do país. As PPPs comprometem os mandatos dos governantes futuros e violam os princípios mais caros à responsabilidade fiscal.

Outro aspecto do projeto de lei é que não é verdade que o financiamento para as PPPs será privado, como tem argumentado o governo. O projeto permite que a maior parte seja financiamento

público. Segundo o governo, a previsão de recursos extra-orçamentários do Plano Plurianual é de R\$ 274 bilhões, o que significa 14,7% do PPA, até 2007. Provavelmente, estes recursos servirão para financiar as PPPs. O pior é que o Poder Legislativo não opina sobre a alocação de recursos extra-orçamentários, nem tem a possibilidade de monitorar sua execução, pois não consta do Sistema Administrativo Financeiro (SIAFI). Se no Governo FHC os recursos públicos foram usados para financiar as privatizações, no Governo Lula servirá para financiar as PPPs.

Ainda há tempo para rejeitar o projeto. O Inesc, ciente dos prejuízos que este projeto poderá trazer para todos, solicita aos parlamentares que votem contra o projeto de lei, pois ele contribui apenas para concentrar riqueza, enfraquecendo o Estado, e não contribui para o desenvolvimento do país com distribuição de riquezas.

O projeto de lei Parceria Público Privado, ao contrário do que se podia esperar de um governo que se elegeu com a crítica ao que se denomina “neoliberalismo”, significa o “capitalismo sem risco” para os empresários, colocando o Estado, que deve ser um ente público, a serviço dos interesses privados e dando todas as garantias aos donos do dinheiro. Caso algo dê errado, o Estado assume o risco. Só faltou dizer quem paga a conta. Com certeza, serão os que sempre pagaram nestes 500 anos de Brasil: o cidadão comum.■

ENTREVISTA Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coppe-UFRJ.

“Não há política energética no Governo Lula”

Presidente da Eletrobrás, indicado pelo próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o professor Luiz Pinguelli Rosa está de volta às salas de aula da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na Ilha do Fundão, após deixar a direção da empresa, abrindo vagas para as composições políticas do Governo Lula, que precisava de espaço para abrigar os novos aliados. Nesta entrevista ao *JE*, ele faz um balanço de sua gestão, coloca-se contrário à Sexta Rodada de Licitação, marcada para agosto, e repete o que já vinha dizendo: falta uma visão estratégica do Governo Lula para a questão de energia.

uma empresa que viveu muito tempo na marca do pênalti, sem saber se seria ou não privatizada. Acho que no governo Lula nós conseguimos retomar essa idéia de que somos uma empresa com um papel a desempenhar. E muito importante nesse viés foi a criação de um Conselho de Presidentes. Então, o grupo Eletrobrás passou a ser, de fato, administrado pelo conjunto dos presidentes de suas empresas. Esse Conselho de Presidentes tinha uma coordenação para a responsabilidade social da empresa e que atuou em todos os níveis. Houve outras questões muito concretas de ações, por exemplo, na área social. A empresa estabeleceu um diálogo com o movimento dos atingidos por barragem. Acredito também que houve programas específicos que foram iniciados, como a idéia da bio-eletricidade – a utilização do diesel na geração elétrica, que influenciou, entre muitos outros fatores, na decisão do governo de criar um programa de biodiesel nacional. A Eletrobrás já trabalhava com as duas vertentes – o biodiesel para a região Norte e o lixo urbano para gerar energia elétrica nas cidades maiores, começando uma experiência que deixamos em execução em Porto Alegre. Começamos uma reestruturação do grupo, um diálogo com certa independência do governo, tentando delimitar a fronteira entre governo-empresa, que é a fronteira entre governo e Estado, já que a empresa é um órgão, ainda que sendo empresa, estatal. Acho que aí foi uma das minhas maiores dificuldades, onde bati de frente muitas vezes.

Jornal dos Economistas – *Qual o balanço da sua gestão na Eletrobrás?*

Luiz Pinguelli Rosa – Acho que houve um avanço considerável nesse período de tempo. O balanço da empresa tornou-se mais realista, limpou-se muita coisa, houve uma cobrança de dívidas crônicas, como as das empresas distribuidoras, que já estavam se tornando contagiosas. Havia uma grande inadimplência de empresas que não pagavam para a Eletrobrás, não pagavam Itaípu. Algumas eram estaduais e outras privadas, como a Light. Havia outras questões de ordem financeira, em que a Eletrobrás e suas empresas pagavam excessivamente por determinados contratos. Essa foi uma ação muito positiva. Uma outra questão foi que se criou no grupo Eletrobrás uma espécie de retomada do orgulho corporativo, de se estar pertencendo a

JE – *Por que?*

Pinguelli – Cobramos uma postura diferente com a Eletrobrás. Tínhamos um contencioso com a AES, que queria nos imputar R\$ 500 milhões de uma dívida que não era nossa. De fato, financeiramente, tivemos um recorde de lucro de Furnas (uma média de R\$ 1 bilhão) e na Chesf (R\$ 800 milhões). Foi recorde histórico. Nunca nenhuma das duas conseguiu



O setor privado deveria se subordinar a uma filosofia de serviço público, e não de companhias puramente competitivas, dentro de uma lógica capitalista

chegar a valores semelhantes. O grupo Eletrobrás já não foi assim, porque a nossa própria política não foi de valorizar a Eletrobrás. Para falar a verdade, durante esse período o Conselho dos Presidentes tinha um *status* maior do que a diretoria da Eletrobrás. Eu era um membro desse Conselho e meu papel era de fazer agenda e coordenar, e nós conseguimos com isso, por exemplo, num leilão de linhas de transmissão, feito pela Aneel, ganhar quatro em sete linhas colocadas. Cada uma das empresas que entrou ganhou uma: Furnas, Eletronorte, Chesf e Eletrosul. Colaboramos muito com o novo modelo, inclusive, com algumas vitórias que batalhamos e foram obtidas, como o retorno da Eletrosul. Retomamos uma obra parada do grupo português EDP e que conseguimos rapidamente fazer uma renegociação, em parceria Furnas e a EDP, e obra está a pleno vapor. Eu acho que isso são fatores importantes para o que vai ser feito adiante.

JE – *Do ponto de vista financeiro houve muitos avanços, agora e do ponto de vista institucional? Nesse período foi engendrado um novo modelo de setor elétrico que combina a participação estatal e a privada, em um certo hibridismo que está presente no modelo. Esse é um caminho?*

Pinguelli – Eu entendo o hibridismo como a saída possível, e isso é contemplado no próprio documento que fizemos no Instituto Cidadania. Significa ter um serviço de energia elétrica com um caráter público, ao qual se devia subordinar o interesse privado. O setor privado deveria se subordinar a uma filosofia de serviço público, e não de companhias puramente competitivas, dentro de uma lógica capitalista. Isso é a filosofia do serviço público por concessão, que estava sendo derrubada pela idéia do produtor independente, do consumidor livre. Admitindo a existência como exceção, mas dando prioridade à concessão, que é o Estado delegar uma função que o setor privado desempenha, dentro de certas regras, mas não competitivamente dentro do mercado. É uma combinação de mercado e intervenção do Estado, e isso não está acontecendo na devida medida. Acho que um erro atual é que o governo, premido por pressões do mercado e as-

sumindo uma orientação de política econômica, perdeu essa idéia de subordinar ao serviço público o setor elétrico. E hoje, na prática, se tem um hibridismo de outro tipo, onde temos dificuldades para fazer a expansão do setor e manter uma tarifa de energia elétrica razoavelmente módica. O que o governo acredita é que o investimento de expansão do setor elétrico será privado e de preferência estrangeiro. E não se define claramente o papel do grupo Eletrobrás nisso. Uma coisa que foi eliminada no meu período é a idéia de uma Eletrobrás acima do grupo, isso existiu no tempo dos militares. As distribuidoras que eram destinadas à privatização foram incorporadas à Eletrobrás, tornaram-se estatais, para serem privatizadas. Mas não se conseguiu isso com as distribuidoras dos estados mais pobres: Piauí, Alagoas, Roraima, Acre e Amazonas. Eu sempre reclamei muito de não ter recebido apoio do BNDES para essas empresas, que têm enormes dificuldades, enquanto foi dado R\$ 8 bilhões às distribuidoras privadas. Nós tentamos negociar com o governo e com o BNDES. E o momento em que eu pedi demissão da Eletrobrás foi numa reunião com a ministra Dilma Rouseff e todos os diretores e presidentes das empresas, em que o assunto polêmico que ocorreu foi justamente o da situação financeira dessas distribuidoras, chamadas “federalizadas”. Lembrando que o BNDES de que falo é o governo, e não apenas a instituição. O que falo é uma crítica ao governo.

JE – *Essas restrições não estariam ligadas à lógica do superávit primário?*

Pinguelli – É óbvio que sim. No fundo, quem elaborava as coisas que caíam em cima da Eletrobrás era o Joaquim Levy (Secretário do Tesouro Nacional), a quem eu também não atribuo nenhuma responsabilidade maior, já que é um funcionário do governo designado para uma função que ele cumpriu. Mas o que não devia acontecer era colocar na mão do Tesouro, decisões sobre a política energética do Brasil. Não há política energética no Governo Lula. Há um modelo do setor elétrico, que tem um lado positivo, mas tem um hibridismo muito além daquilo que estava programado.

JE – *Como é gerir uma empresa estatal? Sentiu autonomia ou pelo contrário?*

Pinguelli – Eu tinha uma missão, fui indicado pelo presidente da República. Tinha um programa que tentei cumprir, mas que começou a bater em muitos obstáculos. Não vou citar nomes, mas vou tentar dar exemplos. Nós temos uma descontração de energia de todas as companhias, e Furnas é quem mais sofre isso. Nós batemos muito contra isso. Está no projeto que deveríamos mudar isso ou levar essa descontração para um prazo mais longo, porque há um excedente de energia elétrica no país...

JE – *A descontração, no modelo liberal, é para criar condições das próprias empresas de distribuição buscarem alternativas?*

Pinguelli – É para diminuir o chamado monopólio natural: eu vou imprensar o monopólio natural, deixando ele exposto. Isso tem lá suas razões de ser, apesar de não ter dado certo em nenhum lugar do mundo. Furnas gera uma energia hidrelétrica que é despachada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema), porque ela é a mais barata. Entretanto, uma empresa distribuidora A, que tinha um contrato com Furnas, por 60, descontratou por força da lei essa energia e, por exemplo, contratou de uma geradora B, que vende por 100. E nós é que pagamos a diferença da tarifa. O resto da história ainda é mais dramático: a geradora B fica desligada e compra, a 18 a hora, de Furnas. Tem casos mais escabrosos, como o da geradora C, que tem um contrato absurdo com Furnas, de vender energia para Furnas. Tudo isso já existia no governo FHC e continua hoje.

JE – *Na sua opinião, então, há um novo modelo do setor elétrico que, em certa medida, manteria ainda muito da política de investimento ao sabor das decisões das empresas privadas. Isso é inerente ao modelo ou é muito mais da maneira como o próprio modelo está sendo administrado?*

Pinguelli – O governo pode fazer muito, até porque a regulamentação do modelo está para sair em breve e pode influir em muito no que vai ser feito. Se você considerar as premissas básicas eu diria que o modelo é bom, mas quando você vai para os teoremas, muitos deles são ilógicos. Acho que o modelo tem bons axiomas, mas teoremas ilógicos, vistos esses axiomas. Porque existem muitas coisas *ad hoc* que foram negociadas. Tínhamos um

grupo de trabalho, um no Ministério e outro na Eletrobrás, que eu procurei constituir para reunir as empresas do grupo e também dialogar com os agentes. Eu previ e houve um grande jogo de grandes agentes econômicos, e a Eletrobrás é um grande grupo econômico, então cabia a ela se posicionar.

JE – *O resultado final, o modelo, no seu ponto de vista é positivo, coerente com o que havia sido elaborado pela equipe do Governo. O problema é como esse modelo foi absorvido pelo governo Lula.*

Pinguelli – Não há como separar um modelo legal das ações de governo. Esse ano Furnas vai ter uma perda de receita de aproximadamente R\$ 1 bilhão, tudo em função da descontração.

Não há política energética no Governo Lula. Há um modelo do setor elétrico, que tem um lado positivo, mas tem um hibridismo muito além daquilo que estava programado

JE – *Caso haja uma mudança de enfoque no governo, e essa prevalência do neoliberalismo seja superada, haveria possibilidade de termos um desenho e uma gestão do modelo?*

Pinguelli – Eu não digo que haja uma política neoliberal. Eu entendo o governo como uma pessoa com um revólver apontado para a sua cabeça. Esse revólver é o mercado. O modelo teoricamente nas suas premissas é bom, mas ele existe com as hipóteses incluídas em *ad hoc*. Em nossa realidade, para o modelo entrar, as descontrações eram necessárias.

JE – *Nessa transição faltou, por exemplo, a suspensão das descontrações que continuaram ocorrendo. Elas não são inerentes ao modelo?*

Pinguelli – Elas não são inerentes. A premissa maior está fora do modelo, mas que ele acaba ficando preso, é a idéia de que quem vai expandir energia elétrica para o Brasil é o setor privado e de preferência o estrangeiro. Quem vai investir não é a Eletrobrás, mas o setor privado, e aí está o erro de tudo. Porque as tarifas serão explosivas, porque o setor privado terá mais lucros do que teria a Eletrobrás e tem menos meios. Ainda há uma filosofia de mercado muito forte, hibridamente contida num modelo, que não é a convivência com o setor privado, mas sim a hegemonia que tem que existir. O hibridismo tem que ser

aliado com a economia. Quando o governo faz alianças de todos os tipos, a gente entende, mas o que queremos é uma re-hegemonia. A descontração foi um aspecto, mas não é verdade que se resolvesse a descontração tudo estaria resolvido. Ela está embebida dentro de uma idéia, eu estou imputando nas companhias estatais do grupo Eletrobrás prejuízos que permitam lucros imensos no setor privado para atrair o capital.

JE – *Se a economia voltar a crescer vai faltar energia, e o governo tem dito que nós não teremos problemas até 2008. É aí?*

Pinguelli – Primeiro é preciso regionalizar o problema. Na parte mais desenvolvida do Brasil, que está coberta pelo sistema forte-

mente interligado, que é o Sudeste, Sul e Centro Oeste tem excedente de energia, o que não ocorre na região Norte, por exemplo, onde já há falta de energia para atender ainda este ano, particularmente em Manaus. Por uma atitude errada do governo, não se tomou as devidas providências a tempo. Mas para o sistema interligado não, já vem, desde o apagão, sendo preparado.

Estamos no limite, e a primeira licitação vai ser feita no início do ano que vem. Há problemas porque agora a licitação para energia vai exigir que o governo providencie a licença ambiental. E a também as grandes questões dos lobbies. Há um grande lobby termoeletrico no país. E isso tem uma influência estrangeira muito grande, não é só o grupo investidor, como também as importações.

JE – *E investimentos para energia nuclear?*

Pinguelli – O governo ainda não tomou decisão para isso, se faz ou não. Não há decisão.

JE – *Qual a sua expectativa para a regulamentação do setor elétrico?*

Pinguelli – Está para sair.

JE – *Na sua opinião, a esquerda perdeu mesmo no Governo Lula, não tem mais espaço?*

Pinguelli – Eu prefiro me colocar na esquerda. Escrevi um artigo dizendo que o Palocci

era de esquerda, e que ele está disfarçado de neoliberal, está enganando os neoliberais. O problema é quando ele vai “rasgar essa fantasia”, e se o Lula decidir ele rasga. Não sou do PT, sou amigo. Sempre fui chamado e atendido. Acho que o PT tinha a essência e os elementos de um programa que de fato só se concretiza no poder. Entendo que não é tão fácil se executar aquilo que se deseja, mas acho que o PT, ao longo do tempo, tinha diretrizes. O maior problema é que se perdeu o debate. É preciso que os intelectuais simpatizantes do PT se juntem, que o PT seja submetido ao debate, inclusive intelectual. Eu noto, infelizmente, nos políticos que têm grande influência no Brasil, uma certa aversão a esse debate intelectual. O que acho que falta é um debate estratégico sobre o Brasil. O governo joga muito pingue pongue e pouco xadrez, isso no terreno das grandes políticas do país. Joga muito xadrez quando o assunto é política partidária, no controle das votações no Congresso, na relação internacional – abrindo novos caminhos para as exportações brasileiras, no fator Cuba, Venezuela, com relação ao mundo árabe.

JE – *Até agora entrevistamos o ex-presidente da Eletrobrás. E o professor da Coppe. Qual a sua opinião sobre essa sexta rodada de licitações de áreas petrolíferas, agora em agosto?*

Pinguelli – Eu digo que falta uma política energética integrando as fontes, incluindo o petróleo. Qual a perspectiva que temos? Qual é o cenário sobre conflitos internacionais que afetem a geopolítica do petróleo? Esses fatores, claramente discutidos, devem levar a uma decisão de fazer uma nova licitação. Eu vejo que a licitação é feita porque se esperava que ela fosse feita e se não for feita desagrada o mercado, é um mau sinal para o investidor estrangeiro. Agora, não está se pensando direito no petróleo. Por exemplo, a auto suficiência é uma questão duvidosa, se ela precisa mesmo ser de 100%. Os americanos guardam o petróleo deles porque imaginam um futuro difícil. Por que o Brasil, com uma reserva relativamente modesta, que pode ser bem ampliada, mas que nunca será uma nova Venezuela, novo México, deve ajustar as coisas, dentro de uma política? É isso que falta. Em princípio, acho que essa nova licitação está errada por não estar dentro de política nenhuma de longo prazo para o setor energético. ■

ARTIGO DO LEITOR Valdir Ramalho de Melo*

Violência no Brasil não é guerra

Leitor reflete sobre os exageros da imprensa e faz simulações a respeito do que ocorreria, caso estivéssemos mesmo em uma situação de guerra

Os melhores jornais do Rio e São Paulo publicaram recentemente notícias de que 600 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, em 20 anos. Diferentemente do leitor médio, os especialistas em violência sabem que esse dado não fornece indicação alguma do nível ou da gravidade da violência no Brasil. É apenas um número curioso e ar-

bitrário. Ao contrário do que parece, um país que tivesse somente 100 mil mortos, digamos, poderia ser muito mais violento que o Brasil. Porém, com admirável engenho, conseguiu-se dar utilidade ao dado na redação de uma boa manchete de impacto.

Mais interessante ainda foi o clímax dramático daquelas notícias: a caracterização da violên-

cia no Brasil como uma guerra. Contudo, tendo em vista a tendência do leitor inexperiente a levar muito a sério os vocábulos empregados em jornais, quero focalizar o termo 'guerra': tal caracterização, se levada a sério, é um exagero gigantesco, como veremos a seguir.

Os jornais falam de 'guerra' porque a redação de notícias, ao contrário do que pensa o leitor ingênuo, recorre a metáforas, outras figuras de estilo e truques verbais comuns em novelas, romances e demais formas de literatura. Se um jornal desse uma descrição realista, austera e precisa, não sintonizaria com a emoção do leitor. Apesar de o *marketing* dos jornais falar apenas em informar 'fatos', um editor de jornal está tão ou mais interessado em provocar impressão forte no leitor, em dramatizar a estória. Molda-se uma reportagem como entretenimento – o editor sabe que compete com filmes dublados de televisão, não com relatórios de pesquisa científica.

O problema em nosso caso é que, quando o assunto envolve ameaças à segurança pública, factuais ou presumidas (tais como em 'guerras' contra as drogas, o terrorismo ou a 'subversão comunista'), o uso da metáfora se torna perigoso: a confusão na cabeça do leitor entre força de expressão e guerra de verdade é usada pelos conservadores de linha dura para minar a democracia (este regime permissivo, desordenado, fraco, segundo eles) e os direitos civis (que só servem para deixar meliantes à solta, segundo eles). Da 'guerra' metafórica para propostas de medidas de *guerra santa*

(‘tratar com dureza, com rigor, de um só golpe, com tolerância zero’) há poucos passos.

Estamos vendo as barbaridades que resultam da 'guerra' de Bin Laden contra o ocidente 'corrompido'. Já vimos como extremistas do lado oposto, instalados no governo George Bush, alegando uma 'guerra' contra o terrorismo, promoveram atemorizantes cortes de liberdades civis nos Estados Unidos (dando um péssimo exemplo para o mundo, indignando os democratas, cobrindo de vergonha e desgosto os admiradores daquele país, mas enchendo de indisfarçada alegria diversos regimes opressores ao redor do globo).

Já vimos como alguns generais paranóicos desmantelaram o regime de legalidade e as instituições democráticas no Brasil, a pretexto de empreender uma 'guerra' contra a corrupção e a subversão. Nas seções de leitores dos jornais cariocas, pode-se ver quão freqüentes são as propostas mal disfarçadas para que se trate com brutalidade os moradores das favelas, para que o governo aja com a mesma violência e rigidez que os bandidos (isto é, que os policiais atuem como bandidos do nosso lado). O tratamento que os 'guerreiros' dão ou querem dar aos 'inimigos' demonizados é sempre o mesmo, só mudando o rótulo: bruxas, hereges, infieis, anarquistas, comunistas, lacaios da burguesia, terroristas, traficantes, *enemy combatants*.

Em situações de medo coletivo, a principal tática dos conservadores extremados é desmoralizar o poder civil, declará-lo



inapto para enfrentar problemas de segurança. Lamentavelmente, alguns políticos passam atestado da própria incapacidade gerencial e apelam para as Forças Armadas, passando-lhes o desempenho das tarefas 'difíceis' – apesar de caber aos civis cumprí-las.

O que um militar mais despreza é falta de coragem e de firmeza; não admira que em 1964, no Brasil, e em 1973, no Chile, alguns generais tenham perdido o respeito por certo tipo de político. Se os civis tivessem aprendido a lição da história, a lição de gato escaldado, jamais acostuariam de novo os militares a apontar armas para um civil ou ocupar áreas civis. Precisamos, sim, de um exército bem preparado para guerras de verdade, e somente para isso (é como um seguro: queremos um bom, apesar de ficarmos mais contentes quando não precisamos usá-lo).

Mas voltemos aos jornais. Eles costumam usar o período de tempo como base dos dados de violência, porque isso gera números mais impressionantes do que as sóbrias taxas por população que os cientistas sociais usam. A manchete de primeira página não seria assustadora se focalizasse o número mais informativo e o mais importante de todos, perto de 30, que é a taxa anual de homicídios por cem mil habitantes. E como precisavam dramatizar, os jornais fizeram comparações do dado de 600 mil assassínios, em 20 anos, com guerras menores. Pois, como acontece com todo fenômeno social, as guerras variam muito de caso a caso, tanto em grau de envolvimento do país, como na duração do conflito, a frequência dos embates, etc. Isso permite esco-

lher uma comparação dos conflitos alheios com os nossos, que accentue a sensação de nossa tragédia.

Comparações

Porém, vejamos algumas guerras menos atípicas. Se o Brasil tivesse vivido, proporcionalmente ao período de 20 anos, a experiência da guerra civil de 1966, na Indonésia, teríamos 2 milhões de mortos (em porcentagem, à maneira de estória jornalística, um número 333% superior ao das manchetes). No caso da guerra civil espanhola, de 1936 a 1939, teríamos 2,5 milhões de mortos; no caso da Revolução Mexicana e subsequentes guerras civis, de 1910 a 1920, teríamos 4 milhões de mortos.

Se tivéssemos o envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial teríamos 1,6 milhão de mortos; caso fosse o envolvimento da França, teríamos 2,3 milhões de mortos; caso fosse o envolvimento do Japão, teríamos 10 milhões de mortos (compreensivelmente, nossos editores de jornais fizeram a comparação do Brasil inteiro com as mortes japonesas somente nas duas conhecidas cidades atingidas pelas bombas atômicas); caso fosse o envolvimento da Alemanha, teríamos 20 milhões de mortos. Sofrendo a guerra civil russa de 1917 a 1920, por 20 anos, teríamos de 8 a 12 milhões de mortos de violência, mais 24 milhões a 32 milhões de mortos de fome e outras formas de privação.

Se tivéssemos, proporcionalmente a 20 anos, somente as mortes de militares da Itália na Primeira Guerra Mundial, o Brasil teria sofrido 2,9 milhões de mortos; no caso das mortes de militares na França, teríamos sofrido 7 milhões de mortos. Se tivéssemos somente as mortes de militares do Vietnã do Norte, em 11 anos da famosa guerra, teria-

mos entre 900 mil e 1,8 milhão de mortos (as mortes civis superariam 20 milhões). Se tivéssemos proporcionalmente às mortes militares da guerra Irã-Iraque de 1980-88, teríamos 1,2 milhão de mortos.

Comumente, o horror e a devastação de uma guerra tomam uma dimensão quase indescritível, incomparável com um tiroteio de traficantes (nosso extremo de violência). Há freqüentemente entre quatro a 10 vezes mais mortes civis que militares. Os feridos em ambas as categorias são também múltiplos dos mortos.

O arrasamento de pequenas cidades, a destruição de habitações e prédios públicos nas grandes cidades, as demolições sistemáticas de florestas, plantações, fábricas, portos, aeroportos, estradas, meios de transportes e infra-estrutura das grandes cidades são seguidos de desnutrição e epidemias. Por décadas, sofre-se um legado de terrenos envenenados, minas e bombas ocultas que não dispararam. Nós, brasileiros, não temos a mínima idéia da exasperada e furiosa desgraça, da desolação cruel, da calamidade desgovernada que é uma guerra. E, infelizmente, o mal que não se tem, que não se vê, é quase sempre subestimado (esta é mais uma forma de ilusão cognitiva).

Isso nos traz outro ponto: a metáfora queridinha de nossos jornais banaliza o conceito de guerra e nos leva a sermos extremamente injustos com outros povos e com o Brasil. Por um lado, menosprezamos o que está sofrendo o povo iraquiano, o que sofreu o povo vietnamita, o que sofreram os judeus, os poloneses, os russos, na Europa, e tantos outros povos. Por outro lado, desdenhamos uma grandiosa qualidade do Brasil: há muitas décadas que não temos uma guerra em nosso território, e não há a perspectiva de nos envolvermos em uma tão cedo. ■

Carta dos leitores

Senhor Editor,

Na última edição do *JE* foram publicados dois artigos sobre gastos públicos em educação básica, na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, de minha autoria, comparando os investimentos públicos em educação nas esferas municipal, estadual e federal. O segundo, assinado pela equipe do Fórum Popular de Orçamento, procurando desmerecer minha opinião pelo fato de ser eu um funcionário da Prefeitura.

Segundo esse argumento, uma pessoa não pode ter opinião independente daquela da sua fonte pagadora – o que me permitiria indagar quem paga os salários dessas pessoas antes de avaliar a opinião delas. Logo depois de cometer a descortesia de questionar a legitimidade da minha argumentação, a equipe do Fórum Popular de Orçamento fugiu do debate técnico sobre a composição do gasto público em educação na nossa cidade e procurou reunir argumentos para atacar a administração do atual prefeito: gastos excessivos em publicidade, política de bolsas de estudo que expressa uma visão neoliberal, etc.

O fato é que, infelizmente, a equipe do Fórum Popular de Orçamento não está interessada em discutir a evolução e composição dos gastos públicos, como ficou demonstrado nesse debate sobre educação. O objetivo é fazer carga política sobre a gestão de um determinado governante, no contexto de uma campanha eleitoral.

Reconheço que o debate político é legítimo, e respeito a opção partidária da equipe do Fórum Popular de Orçamento. Mas seria uma lástima se o *Jornal dos Economistas*, que ajudei a fundar há mais de 20 anos, permitisse que um debate profícuo sobre orçamento público fosse emparedado pela refrega político-eleitoral.

Espero que o debate possa retornar ao que é importante. Os recursos que os governos federal e estadual dedicam ao ensino público gratuito, no Rio, estão sendo reduzidos drasticamente, ano a ano. A Prefeitura ainda sustenta investimentos expressivos nessa área, o que não tem evitado que o gasto público total permaneça estagnado. Isso é um grave problema para o nosso desenvolvimento, numa perspectiva de médio e longo prazo, independente da opinião da equipe do Fórum Popular de Orçamento sobre em quem se deve votar nas próximas eleições.

Paulo Bastos Cezar, economista e servidor público efetivo do município.



DEBATE CORECON Nildo Ouriques

“Dizer que **estamos** pagando a dívida é uma **contradição**”

Economista diz que é hora de exercitar a crítica à política atual, à mídia e às formas de pensamento dominante



Samuel Tosta

Nos últimos 20 anos, três grandes idéias se consolidaram no Brasil e nos demais países da América Latina: a de que a austeridade fiscal é fundamental; a de que a inflação é o principal inimigo do povo, e que impede os investimentos públicos e privados; e, a última, a que estabeleceu o conceito de uma economia exportadora.

Por trás dessas idéias, a política de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países que têm desequilíbrios em seus balanços de pagamentos, que parte da falsa premissa de que esses desajustes acontecem porque os países estariam vivendo em condições acima de suas possibilidades.

Essa síntese das razões que estão na base das políticas econômicas que vêm sendo praticadas na última década e meia no Brasil foi feita pelo economista Nildo Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina, em palestra realizada recentemente no auditório do Corecon-RJ. Doutor pela Universidade Livre do México e professor do curso de pós

graduação da Faculdade de Economia da universidade catarinense, Ouriques disse que essas idéias enraizaram-se no pensamento dos últimos governantes brasileiros, inclusive, entre os atuais responsáveis pela política econômica em curso no Governo Lula.

“Todas as idéias das classes dominantes são simples e poderosas”, observou o economista, citando uma das mais comuns até mesmo entre a população e os analistas: a de que a inflação é muito perigosa e os trabalhadores são os que mais perdem. Esta idéia, como frisou Ouriques, serviu para “instaurar a inflação como o principal inimigo dos trabalhadores e, com isso, se eliminar qualquer mecanismo de indexação dos salários”. Ele comparou este tipo de noção com a que se instaurou durante um dos governos da ditadura militar, explicitada no conhecido slogan “importar é o que importa”, e que, de certa forma, está presente nos discursos daqueles que pretendem transformar o Brasil em uma economia exportadora de produtos primários.

A dívida impagável

Autor dos livros “No fio da navalha” (Editora Xamã), com crítica às reformas neoliberais do governo de FHC, e “Os 500 anos – a conquista interminável” (Editora Vozes), Ouriques apresentou números relativos ao pagamento da dívida externa dos países latinoamericanos, nos últimos 20 anos. Em 1982, a dívida externa da América Latina mais o Caribe totalizava US\$ 282 bilhões, volume que, em 2002, já era de US\$ 793 bilhões.

“No mesmo período, a América Latina pagou US\$ 1,4 trilhão de juros, serviços e amortização da dívida. Por isso, dizer que estamos pagando a dívida é uma contradição tremenda”, afirmou, acrescentando: “O único país que está pagando a dívida externa é a Venezuela, que é tida como um caos”.

Para o economista, “a dívida externa continua escravizando a economia da América

Latina, enquanto a aristocracia financeira vive do rentismo das dívidas interna e externa. Mesmo o capital produtivo também obtém vantagens com a rolagem da dívida interna. Portanto, no momento em que mais se fala em austeridade e transparência há uma rapinagem sobre o Estado, sobre a riqueza dos países da América Latina”.

Na opinião do professor da Universidade Federal de Santa Catarina, o propalado investimento externo direto na América Latina é um engodo, pois, para ele, este tipo de fluxo só aconteceu com alguma expressão durante o processo de privatização. “É visível esta coincidência”, observou.

Espaço para crítica

Contudo, apesar dessas adversidades, o economista entende que, por isso mesmo, há em toda a América Latina “um novo espaço para uma nova crítica”. Um dos pontos primeiros a ser superado é a alardeada contraposição que tem sido feita nos últimos anos, principalmente, entre os economistas, e que se traduz em “crescimento versus recessão” e “estabilidade versus inflação”. “Isto deve ser deixado de lado”, propôs Ouriques, observando que a crítica à economia abre também espaço para a crítica à teoria política latinoamericana.

“Estou otimista porque abre-se o espaço para fazer a crítica que antes não se podia fazer. Sofremos nos últimos oito anos e o Governo Lula consolida a derrota teórica e intelectual da esquerda. O pensamento brasileiro está muito dissociado do pensamento latinoamericano, o que é uma outra vitória para a elite brasileira. Está se abrindo espaço para a ousadia política e para a inventividade política. Devemos, contudo, estar todo o tempo atentos para evitarmos o sectarismo e o isolacionismo”.

Para ele, a esta crítica deve-se submeter a política atual, a mídia e as formas de pensamento dominante. ■

Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

As possíveis causas das diferenças de dados

A equipe do FPO analisa as hipóteses que podem justificar as diferenças entre os números do prefeito e os do Fórum

Na reportagem publicada em 25 de julho de 2004 pelo *Jornal do Brasil*, sobre os números municipais com publicidade e propaganda, encontramos, pela primeira vez, em oito anos de atuação, uma contestação dos números apresentados pelo FPO. Segundo a prefeitura, além dos R\$ 12,5 milhões gastos entre 2001 e 2003, outros R\$ 10 milhões teriam que ser somados totalizando, portanto, quase R\$ 23 milhões.

Sem entrar no mérito do que este valor representa quando comparado com os programas sociais, tentaremos especular sobre a causa deste desencontro de números. Primeira hipótese: foram embutidos gastos com publicidade e propaganda em programas governamentais não explicitados para esta ação. Assim sendo, os números apresentados pelo prefeito estão certos.

Tal hipótese será comprovada pela avaliação que o Ministério Público fará a partir da determinação do Tribunal Regional Eleitoral, dado que o prefeito apresentou informações contraditórias. Nesse caso, estaríamos diante apenas de um caso de incapacidade técnica do alcaide em fornecer informações orçamentárias com qualidade e clareza suficientes.

A segunda hipótese: os números do Fórum estão errados! Embora os dados apresentados tenham sido recolhidos em publicações oficiais (Diários da Câmara Municipal dos dias 8 de abril de 2002, página 128; 28 de abril de 2003, página 118; e 8 de março de 2004, página 62, referentes à prestação das contas municipais, tendo em todas a assinatura do prefeito) é possível que nossa equipe não tenha sido capaz de descobrir nas rubricas orçamentárias a diferença de R\$ 1,5 milhão, em 2001, R\$ 4,6 milhões, em 2002, e R\$ 4 milhões, em 2003, totalizando, assim, os R\$ 10 milhões faltantes nos citados gastos.

Logo, nos apressamos em pedir desculpas pelo erro cometido e apelamos ao professor César Maia para que nos ajude a identificar, nos documentos públicos, onde estão os valores questionados. Cabe lembrar, porém, que

em matéria publicada no JB, de 17 de maio, o Fórum já tinha apresentado esses mesmos dados e o prefeito não os contestou, pelo contrário, apenas disse que o gasto é baixo.

Em relação à queixa do prefeito de que o fórum somente analisa o orçamento municipal e não o do estado e do governo federal, temos a declarar o seguinte: é verdade. Não por motivação eleitoral ou compromisso político como supõem o prefeito, o controlador geral e outros membros da atual gestão e, sim, por absoluta falta de estrutura e pessoal.

Como seria possível acompanhar esses orçamentos com dois estagiários e a dedicação sazonal de alguns economistas, arquitetos, donas de casa, professores, etc., conscientes do papel do orçamento como instrumento da luta pela cidadania? A despeito disso somos, com muito or-

De olho no PAN

Prosseguimos acompanhando e identificando programas de trabalho relacionados às metas sociais estabelecidas pela "Agenda Social", publicada na edição passada do *JE*. Desta vez, as rubricas identificadas foram: "Células Culturais – Descentralização"; "Rio Mulher"; "Programa Favela-Bairro"; "Implantação de Cooperativas"; "Plano de Educação Profissional". Estaremos acompanhando a execução orçamentária de todas já identificadas.

Em relação ao específico programa de trabalho "Jogos Pan-americanos", cuja execução já supera todo o executado no ano de 2003, o decreto 24459, de 29 de julho, "foi engordado" em R\$ 985.600,00, por parcelas de dotação remanejada dos seguintes órgãos: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Obras, Riourbe, Riolut, Secretaria de Esporte e Lazer, Fundo Rio Esportes, Secretaria de Cultura e Rioarte. ■

guelho, co-fundadores do Fórum Brasil do Orçamento*, sediado em Brasília e dedicado ao orçamento da União. Infelizmente, ainda não conseguimos criar um fórum estadual.

Sobre a recorrente acusação de estarmos a serviço de partidos de esquerda já respondemos na edição de maio. ■

* www.forumfbo.org.br

13 de agosto
Dia do Economista

Dia do Economista: Homenagem a Conceição, Lessa e João Paulo

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro vai celebrar o Dia do Economista, neste ano, com uma solenidade que pretende lotar o auditório da entidade, no próximo dia 13 de agosto, a partir das 18h30: a homenagem que será prestada a três economistas que, nas últimas décadas, têm prestado significativas contribuições tanto ao desenvolvimento das concepções econômicas so-

bre o desenvolvimento de nosso país, quanto ao ensino da própria disciplina.

Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães vão ser homenageados e saudados por suas vidas dedicadas à profissão e ao ensino dela junto às gerações mais jovens. O evento terá início às 18h30, com a entrega do Prêmio Anual de Monografia, promovido pelo Corecon-

RJ, aos estudantes Carlos Augusto Goes Pacheco (UFRJ), primeiro lugar; Alexander Herzog Cardoso (UFRJ), segundo; e Maurício Losthi de Melo (UFRJ), terceiro lugar.

Às 19h, os três economistas receberão as homenagens do Conselho e, logo após, haverá uma apresentação especial de um conjunto de chorinho, especialmente convidado para a solenidade. ■

Você sabia?

Economista é habilitado para fazer perícia judicial

Em julgamento ocorrido em 18 de maio último o Desembargador Federal Tourinho Neto negou provimento à apelação dos conselhos de contabilidade, entendendo que o economista, ao efetuar perícia judicial concernente à sua área de atuação, não desempenha ilegalmente atividade privativa do profissional de contabilidade. O Decreto-Lei 31.794/51, art. 3º, permitiu ao economista a consecução de estudos, perícias, laudos, dentre outras atividades, relacionadas à sua esfera profissional. A decisão resgata as disposições do art. 5º, XIII, da CF. ■

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE

Economia e Meio Ambiente: uma introdução ao tema e apresentação do mercado de trabalho

Cláudia Lúcia Bisaggio Soares Universidade Federal de Santa Catarina

13 a 24 de setembro de 2004 (segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30)

24 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$190,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$209,00**

O Pensamento Econômico de Keynes

João Sicsú - Jennifer Hermann - Antonio José Alves Júnior - Manoel Carlos Pires - Rogério Sobreira - André Modenesi - Universidade Federal do Rio de Janeiro Luiz Fernando de Paula (UERJ)

14 de setembro a 7 de outubro (terças e quintas-feiras, de 18h45 às 20h30)

16 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$130,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$143,00**

Economia do bem-estar, igualdade e pobreza: uma leitura crítica

João Leonardo Medeiros Universidade Federal do Rio de Janeiro

Início a partir de **13 de outubro** - data a confirmar - uma vez por semana, de 18h45 às 21h30

18 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$150,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$165,00**

Regimes Monetários: teoria e experiência do Real

André de Mello Modenesi Universidade Federal do Rio de Janeiro

3 de novembro a 1º de dezembro (segundas e quartas-feiras, 18h45 às 21h30)

24 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$190,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$209,00**

Matemática Aplicada à Teoria Econômica

Jorge Cláudio Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

26 de outubro a 7 de dezembro (terças e sextas-feiras, 5 horas-aula por semana)

30 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$170,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$187,00**

Globalização Financeira: impactos e mecanismos de defesa

João Sicsú (UFRJ), Jennifer Hermann (UFRJ) e Luiz Fernando de Paula (UERJ)

26 de outubro a 23 de novembro (terças e quintas-feiras, 18h45 às 20h30)

16 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$130,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$143,00**